

# Crédito-<sup>ext</sup> ponte ao Brasil em negociação

22 SET 1983

por Reginaldo Heller  
do Rio

O "advisory committee", o governo brasileiro, o Tesouro americano e o Federal Reserve Board dos Estados Unidos estão negociando uma operação de empréstimo-ponte, de prazo curto, estimado em apenas algumas poucas semanas, para evitar que alguns bancos credores sejam obrigados a lançar em seus balanços trimestrais, que se encerram no próximo dia 30 de setembro, novos pagamentos inadimplentes na rubrica de "non performing loans".

A informação de fonte da própria coordenação do comitê de assessoramento da dívida externa admite que a operação é de extrema emergência, pois há o sério risco de os atrasos que superam sessenta ou noventa dias virem a se tornar públicos e afetar ainda mais o fluxo de empréstimos comerciais (projeto 3). Segundo a mesma informação, do total de pagamentos atrasados ao exterior, da ordem de US\$ 2,7 bilhões, apenas cerca de US\$ 300 milhões a, no máximo, US\$ 400 milhões encontram-se naquela faixa limite.

As negociações para a operação esbarram nas dificuldades de ordem política do próprio Tesouro americano. O empréstimo seria conduzido através dos canais pertinentes ao projeto 4 (interbancário). Este será, certamente, o tópico mais urgente da pauta de negociações que o ministro Ernane Galvéas, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, tratarão com os participantes do "advisory committee", em reunião que será realizada ainda nesta semana em Nova York.

Outro tema da pauta será o montante do novo empréstimo dos banqueiros estrangeiros para atender às necessidades de pagamentos do País nos próximos quinze meses. As informações credenciadas confirmam a existência de divergências acentuadas nos cálculos das autoridades brasileiras e dos banqueiros. Para o Banco Central, o País vai necessitar

# Crédito-<sup>externo</sup> ponte ao Brasil em...

por Reginaldo Heller  
do Rio

(Continuação da 1ª página)

até o final de 1984 cerca de US\$ 9 bilhões em novos créditos, à exceção das tranches do FMI (uma retida e outras duas a serem liberadas) e dos empréstimos governamentais, como o Eximbank dos Estados Unidos e entidades congêneres de outros países.

As autoridades brasileiras baseiam seus cálculos na hipótese de que os empréstimos governamentais se superpõem aos créditos comerciais, enquanto os cálculos dos banqueiros consideram apenas a substituição de empréstimos privados por créditos oficiais. O nível atual do projeto 3 (créditos comerciais) vem declinando sensivelmente.

Desta forma, os banqueiros estão propondo a contratação de novos empréstimos no valor total que varia de US\$ 6,5 bilhões a US\$ 7,0 bilhões, mas admitem a hipótese de novos recursos adicionais caso as metas contidas da carta de intenção sejam razoavelmente cumpridas.

Segundo informações filtradas do "advisory committee", há uma certa relutância em confiar-se plena-

mente nas promessas do governo brasileiro. A liberação daqueles empréstimos dependeria exclusivamente da aprovação, pelo "board" do FMI, das novas condições negociadas e da liberação das três parcelas previstas, no valor de US\$ 1,2 bilhão. Este, por sua vez, aguarda a aprovação do Decreto-lei nº 2.045 por considerar essencial ao programa de ajustamento exposto na carta de intenção.

Affonso Celso Pastore deverá aproveitar este seu segundo contato direto com os banqueiros credores para anunciar sua intenção de realizar uma grande reforma institucional, já desenhada em linhas gerais em estudo que preparou e que já teria obtido o aval da Seplan.

Uma tal reforma, segundo apurou este jornal, prevê a completa separação do Banco do Brasil e do Banco Central no quadro das autoridades monetárias, o congelamento da conta de movimento das autoridades monetárias no Banco do Brasil e a revogação da Lei Complementar nº 12 que autoriza o Banco Central a emitir títulos públicos por conta do Tesouro Nacional.

GAZETA MERCANTIL